

RELAÇÕES INTERNACIONAIS MILITARES BRASIL-EUA NA SEGUNDA GUERRA  
MUNDIAL: O CASO DAS COMISSÕES MILITARES CONJUNTAS

DENNISON DE OLIVEIRA\*

O tema desta pesquisa é a aliança militar firmada entre Brasil e Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial, e seu objeto são as comissões militares conjuntas Brasil-EUA. Para planejar e executar as extensas e complexas operações militares abrangidas pelo texto do acordo firmado por ambos os países em 23 de maio de 1942 foram criadas duas comissões conjuntas: a Joint Brazil United States Defense Commission – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos - CCDBEU) com sede em Washington (EUA) e a Joint Brazil United States Military Commission – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos - CMMBEU) com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Essas entidades compostas por militares de ambos os países serão referidas daqui em diante por suas siglas originais em inglês ou sua cidade-sede: a comissão em Washington e a comissão no Rio de Janeiro. Das duas comissões a menos conhecida do público e dos pesquisadores é, certamente, a do Rio de Janeiro. A comissão em Washington, por sua vez, desde sempre despertou o interesse dos historiadores, já que em seu interior foram debatidas questões de grande importância para as atividades das forças armadas de ambos países aliados, tais como o planejamento da defesa da região nordeste do Brasil, a criação e organização da Força Expedicionária Brasileira, etc.

O fato do titular brasileiro da comissão, o General Estevão Leitão de Carvalho, ser conhecido como um militar de grande reputação e renomado escritor, pode ter sido um fator que levou a interessar os historiadores pela JBUSDC. Seu livro autobiográfico, onde relata o papel que desempenhou na comissão de Washington, se tornou referência obrigatória para todos estudiosos do assunto, atingindo também um grande número de interessados, em especial aquela parte do público que se interessa pela história da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Contudo, como se verá ao longo desse texto, mesmo assim a maior parte das iniciativas tomadas pela JBUSDC segue desconhecida dos pesquisadores.

Porém, ainda mais desconhecida é a comissão do Rio. A JBUSMC permanece numa espécie de limbo, raramente sendo citada ou levada em conta pelos pesquisadores interessados

---

\* PGHIS/UFPR, Pos Doc INEST/UFF, bolsista pos doc sênior FAPERJ



no tema. O fato não deixa de ser intrigante. Como este texto irá demonstrar, coube a ambas comissões, e não apenas a de Washington, o exercício de uma série de atividades de mais alta relevância para a história da aliança militar Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial.

De longe, o mais importante papel desempenhado por essas comissões foi a de agir como a principal agência executora do Lend Lease para o Brasil, tanto para compras civis quanto militares. Nesse sentido, nota-se uma clara proeminência do membro americano da comissão em Washington, o General Ord. A ele coube ser o decisor final da maior parte dos requerimentos que o Brasil fazia aos EUA sob o Lend Lease. Quando Ord não era o tomador de decisão mais importante, no mínimo atuava nos processos relativos a requerimentos brasileiros sob o Lend Lease como consultor técnico dos escalões superiores da administração do programa em Washington. É significativo que esse importante papel desempenhado por ele não tenha sido ainda examinado por nenhum pesquisador.

A atuação do General Ord ganha ainda mais importância porque coube a ele aplicar da forma mais estrita possível as diretrizes do governo estadunidense para com os fornecimentos ao Brasil. A série de restrições que coube a Ord aplicar contra as solicitações brasileiras se chocariam de frente com o firme propósito da liderança militar nacional, a começar pelo próprio Dutra, em se aproveitar ao máximo do Lend Lease para modernizar o Exército Brasileiro e concluir a construção do complexo industrial nacional de então.

São conhecidas, através dos autores já citados, algumas de tais pressões de Dutra, geralmente ineficazes. Contudo, o exame da documentação relativa à ação da comissão no Rio de Janeiro revela uma história muito mais complexa, de negociações que poderiam assumir o sentido tanto de uma padronização completa do EB sob doutrina e armamentos estadunidenses, quanto do fortalecimento do parque industrial e militar brasileiro, geralmente dedicado a fabricar armas e munições de origem europeia – ou uma combinação de ambos processos, como parece ter sido o caso.

Em todas as etapas do conjunto de todos os processos relativos ao Lend Lease, o domínio estadunidense sobre as requisições brasileiras era total. Num cenário extremo, aliás, bem frequente em se tratando, por exemplo, da FAB, militares estadunidenses da comissão no Rio de Janeiro formatavam as demandas, encaminhavam os pedidos, acompanhavam sua tramitação pelas diferentes instâncias que participavam do processo decisório em Washington, tinham poder de decisão sobre o atendimento destas, acompanhavam o despacho dos materiais para o Brasil, efetuavam o desembarque do material em nossos portos, o estocavam, conferiam e comunicavam aos brasileiros o montante disponível.



Em mais de uma ocasião os gestores estadunidenses fraudaram deliberadamente o processo a fim de entregar aos brasileiros modelos de armas mais antigas e menos poderosas do que as que haviam sido originalmente encomendadas. Através do exame da documentação disponível foi possível estabelecer quando houve ou não reações brasileiras contra essas fraudes: Dutra foi enfático ao pedir pessoalmente a Marshall por tanques mais modernos do que os enviados ao Brasil, bem como fez saber aos gestores dos EUA seu desagrado com o recebimento de canhões de calibre inferior ao demandado. Finalmente, e se trata de um outro ponto de atrito importante, demonstraram os gestores dos EUA não saber apreçar os materiais adquiridos pelo Lend Lease obtendo, na prática, carta branca das autoridades brasileiras para atribuir preço a todas aquisições feitas sob aquele programa.

Os militares estadunidenses lotados na comissão do Rio de Janeiro realizaram diversas visitas e regulares inspeções a todo tipo de instalação militar brasileira. O resultado mais usual dessas inspeções eram relatórios ao membro sênior do Exército dos EUA na JBUSMC e sugestões de melhorias e pedidos de providências aos militares brasileiros responsáveis, em especial no que se referia ao emprego e manutenção de equipamentos recebidos pelo Lend Lease.

Nesse esforço os militares estadunidenses da JBUSMC mantiveram extenso contato com suas contrapartes brasileiras, bem como moraram, visitaram, trabalharam e ensinaram em instalações militares nacionais. Isso lhes deu uma visão privilegiada e geralmente precisa das características culturais e institucionais das forças armadas brasileiras, bem como das suas carências materiais e institucionais.

Essa experiência foi usada pelos militares da JBUSMC para elaborar extensos relatórios, censos e diagnósticos da realidade militar brasileira e das formas para sanar seus muitos problemas – sempre de acordo com a política militar adotada pelos EUA em relação ao Brasil. Como resultado, esses militares estadunidenses foram responsáveis por planejar e executar um amplo processo de criação de inteiramente novas organizações militares brasileiras, incluindo escolas, oficinas, unidades combatentes e de serviços.

Para diversas armas e serviços (saúde, material bélico, ensino, blindados, comunicações, etc.) foram preparados planos pelos militares dos EUA que visavam a total transformação dessas unidades militares brasileiras segundo as doutrinas e normas estadunidenses. Tratou-se, em alguns casos, de uma autêntica “anti-missão militar francesa”, como se vê em diversos documentos.



É chocante se constatar que até mesmo atividades típicas do Estado Maior do Exército Brasileiro, como por exemplo o planejamento da mobilização industrial, foram expressamente solicitadas pelos nossos militares aos membros estadunidenses da JBUSMC – mas não ao Estado Maior do nosso exército, como seria de se esperar. Em outros casos, como no planejamento das operações de evacuação dos feridos brasileiros internados em hospitais dos EUA, foi a JBUSDC que se antecipou em planejar e informar em detalhe aos nossos militares o que eles deveriam fazer e providenciar para efetivar a transferência de pacientes brasileiros de volta ao país.

Nenhuma dessas atividades estava em contradição com o objetivo histórico dos EUA de vedar a penetração de fornecedores de armas, aeronaves e munições “estrangeiras” (isto é, não-estadunidenses) em todo hemisfério americano no pós-guerra. Cabia aos membros da comissão pressionar pela adoção por parte do Exército Brasileiro de normas, doutrinas, munições, armas e sistemas de armas exclusivamente de origem estadunidense. Nessa atividade eles colheram um sucesso apenas parcial. Embora a conversão para armas e sistemas de armas de origem estadunidense tenha sido praticamente total na Marinha e na FAB, no Exército Brasileiro ela não se deu assim, por motivos que demandam uma explicação.

Um dos aspectos mais controvertidos da aliança militar entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial diz respeito ao envio de militares brasileiros para estudar em estabelecimentos de ensino nos EUA. Até mesmo um dado central para essa questão segue sendo desconhecido, que é o número total de militares brasileiros que efetivamente estudaram em escolas e centros de treinamento naquele país, embora um autor como McCann cite cerca de mil (MCCANN, 1995: 279). Coube à comissão no Rio de Janeiro organizar a disseminação das doutrinas estadunidenses no Exército Brasileiro através da seleção e envio de militares do Exército Brasileiro para estudarem em academias e centros de treinamento nos EUA. A marinha e a FAB também fizeram o mesmo em negociações diretas com suas contrapartes na comissão do Rio, mas sem coordenação conjunta com as demais forças armadas do Brasil.

A seleção de militares brasileiros para envio aos EUA ocorreu de forma bastante descentralizada e para atender a uma diversidade de objetivos. Por um lado houve a urgência de se treinar os pilotos que iriam executar patrulha antissubmarino e, por outro, treinar o pessoal de terra que iria participar das respectivas unidades de apoio. Em seguida surgiu outra emergência: capacitar os militares que comporiam a FEB. Finalmente, a enorme expansão das forças armadas brasileiras – geralmente sob a égide de doutrinas e métodos estadunidenses e



dedicadas a operar equipamentos e armas de mesma origem – levou a outro influxo de estudantes para os EUA. Permanecem numa zona de obscuridade não só os números totais do processo mas também a destinação e emprego subsequente dos militares que foram estudar nos EUA durante a guerra. As fontes consultadas podem dar alguma indicação útil nesse sentido, bem como levantar a forte possibilidade do processo ter saído do controle do Ministério da Guerra, levando a resultados por ele não previstos nem desejados.

A transferência de armas, sistemas de armas e munições foi a razão imediata para a criação do Lend Lease e, também aqui, os membros estadunidenses da comissão no RJ desempenharam um papel fundamental, embora ainda não de todo esclarecido. O que está fora de dúvida é que coube a eles executar políticas não escritas não só para vedar o acesso brasileiro a tecnologias militares sensíveis, como também para desovar estoques de armas obsoletas.

Em momento algum isso ficou mais evidente no que no descumprimento por parte dos EUA da promessa de equipar e armar a FEB de acordo com as tabelas vigentes em seu próprio Exército. Os EUA bloquearam, com base numa regra não escrita, o fornecimento do fuzil Garand, a gás, semiautomático com pente de oito tiros, que já haviam adotado como padrão para suas tropas combatentes desde 1936. Ao invés disso, forneceram os velhos fuzis Springfield, anteriores à Primeira Guerra Mundial (1903), que funcionavam com ação manual de ferrolho e cujo carregador portava apenas cinco tiros.

Nas fotos de propaganda do OCIAA é comum se notar instrutores estadunidenses e pracinhas brasileiros aparentando satisfação ao manusear o obsoleto fuzil de ação manual de ferrolho Springfield modelo 1903. Na verdade, os combatentes brasileiros se mostraram bem críticos em relação a essa arma, considerada inferior não apenas em relação ao modelo então empregado pelas tropas dos EUA, o fuzil semiautomático a gás M-1 Garand, mas até mesmo em comparação com o fuzil Mauser adotado pelo próprio Exército Brasileiro.

Tais armas, embora finalmente entregues à FEB na Itália, não foram enviadas ao Brasil para fins de treinamento conforme havia sido combinado. Ao invés disso, as autoridades militares estadunidenses insistiam para que os brasileiros fossem treinados com os fuzis e respectiva munição que estivessem disponíveis em seus próprios estoques.

Houve pelo menos uma reação brasileira a esse veto e foi surpreendente. Diante dessa recusa velada, Dutra pediu aos EUA os planos de fabricação e as matrizes do Garand para que o Brasil fabricasse a arma e a distribuísse entre seus combatentes. Uma vez mais a resposta veio de Ord e foi negativa. No final, fuzil algum, nem Garand nem Springfield, foi



enviado dos EUA para treinar a FEB. O fato ganha ainda mais importância se for colocada a seguinte questão: teriam os EUA agido assim por recearem que o Brasil já tivesse capacidade de fabricar tais armas?

Treinar e assessorar a Força Expedicionária Brasileira no Brasil e na Itália foi uma missão delegada ao Brazilian Liaison Detachment (BLD), também subordinado para fins administrativos à JBUSMC. Seu breve mas denso relatório operacional é uma fonte de grande valor para o entendimento das circunstâncias na qual treinou, viveu e combateu o pracinha brasileiro na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um documento surpreendentemente equilibrado nas suas críticas e elogios. É de se lamentar que tenha sido usado, em uma obra de 1985, com total má fé por um autor como Willian Waack, que dele só pinçou as avaliações negativas, deliberadamente ignorando a admiração e a empatia que afinal os brasileiros fizeram por criar entre os seus pares estadunidenses. É de justiça histórica que futuramente se examinem esses trechos deliberadamente ignorados por esse autor, até aqui um dos poucos a se debruçar sobre essas fontes.

Embora de caráter essencialmente militar, a JBUSMC também se ocupou de iniciativas econômicas. Afinal de contas, cabia a essa comissão encaminhar todos pedidos de aquisições brasileiras nos EUA realizadas através do Lend Lease. Isso incluía compras civis, desde que se justificassem de acordo com os interesses militares.

A documentação aqui analisada revela outras contradições internas ao governo e organizações militares dos EUA. Se por um lado havia o desejo de limitar a expansão do complexo industrial-militar brasileiro, por outro os gestores do Lend Lease não poderiam renunciar totalmente a fornecer determinados itens de interesse industrial, sob pena de perder mercado para a concorrência europeia. Esse receio se tornou particularmente intenso já a partir do dia 8 de maio de 1945, quando acabou a Segunda Guerra Mundial na Europa. Particularmente, no que se refere a aeronaves, assessoria técnica e material aeroportuário, o receio de que o mercado latino-americano viesse a ser disputado com profissionais oriundos da RAF e da ex-Luftwaffe foi expresso claramente por autoridades da CAA, também abrigadas na JBUSMC antes mesmo do dia VE.

O exemplo extremo do uso dessa organização militar por parte dos estadunidenses para fins de domínio econômico é o caso da aviação civil no imediato pós-guerra. Coube à comissão no Rio de Janeiro planejar e executar em conjunto com a Embaixada Estadunidense o domínio do mercado da aeronáutica civil brasileira por parte da indústria dos EUA.

A documentação revela ter existido um “acordo informal” entre Salgado Filho e o General Arnold que conduziu não só à total americanização da FAB e do mercado aeroportuário brasileiro como praticamente garantiu a permanência da já existente militarização do setor aéreo civil por gerações. É significativo que mais da metade do pessoal da FAB, naquela ocasião, se dedicasse a tarefas típicas da aeronáutica civil.<sup>1</sup>

Nesse processo teve atuação decisiva o novo embaixador estadunidense no Brasil, Adolf Berle. Como perito em direito aeronáutico e antigo subsecretário do Departamento de Estado americano envolvido no fornecimento de aeronaves para América Latina, Berle teve papel central na concepção do plano de monopolização do mercado aeronáutico civil latino-americano pelas empresas dos EUA e o correspondente fechamento desse mesmo mercado a concorrentes europeus. Trata-se de uma faceta praticamente desconhecida da biografia desse importante personagem, ignorada até mesmo por autores que examinaram em detalhe sua atuação como embaixador no Brasil ao final da Segunda Guerra Mundial (HILTON, 1981)

É significativo que, desde maio de 1945, as fontes falem do receio dos EUA de que o mercado latino americano de aeronaves e infra estrutura de apoio aeroportuário fosse conquistado pelos profissionais oriundos da RAF e da ex-Luftwaffe, agora maciçamente desempregados. A forma pela qual encaramos o papel desse personagem histórico, visto pelo menos por um autor como Stanley Hilton, apenas como uma figura progressista e refratária à Ditadura Vargas, está a merecer uma ampla revisão.

A exitosa experiência de combate da FEB na Itália levou ao encaminhamento da proposta, por parte do General Ord, em conformidade com a política do Departamento de Estado em Washington, de se manter a unidade como núcleo de um processo de modernização do Exército Brasileiro e também como útil reserva treinada na guerra moderna para propósitos afetos à defesa hemisférica. Desde março de 1945, os membros estadunidenses da comissão no Rio de Janeiro acompanhavam as discussões mantidas entre Dutra e seus subordinados sobre o tema. Até então se desconhecia qualquer empenho da comissão em tentar se opor à desmobilização da FEB. Isso se deu em conformidade com determinações de Ord que foram subscritas pelo Secretário de Estado. Desta forma, os estadunidenses da JBUSMC se contrapunham ao projeto de Dutra, afinal vitorioso, de uma desmobilização imediata e total.

---

<sup>1</sup> Ofício de Floyd Wood da JBUSMC para Ord em 28 de julho de 1945, anexo B, informa que o total de pessoal da ativa e da reserva soma 3.075 homens ao passo que o pessoal empenhado exclusivamente em atividades da aeronáutica civil constitui 4.623 homens. Disponível em Imagem 11 [https://drive.google.com/file/d/0B4\\_vcLWzR\\_ouY1ExVDZxTW9wc00/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/0B4_vcLWzR_ouY1ExVDZxTW9wc00/view?usp=sharing) Acessado em 21/02/2015



Uma das faces mais trágicas da documentação consultada diz respeito ao gerenciamento do tratamento e evacuação dos feridos de guerra brasileiros internados em hospitais dos EUA. É difícil evitar a sensação de que nossos feridos, se não foram grandemente abandonados, certamente foram objeto de enorme negligência por parte do governo brasileiro. Sabe-se que começa nesse momento uma das etapas mais importantes do processo de reintegração social do ex-combatente, que é sua recuperação e reabilitação motora e/ou sensorial. É lamentável que essa etapa tenha sido conduzida de forma tão inadequada e mesmo desrespeitosa para com aqueles que sacrificaram em prol da pátria sua saúde e felicidade no exercício do serviço militar em tempo de guerra. O tema é extenso, mas cabe dar mais adiante algumas indicações, com base nas fontes citadas, de que forma isso se deu.

Uma outra atividade de destaque exercida pelos membros da comissão no RJ foi ter ajudado a organizar para o Exército Brasileiro o “projeto sul” de 1944. É um consenso na literatura de que a histórica preocupação do Exército Brasileiro com a fronteira sul sempre foi tida como ameaça menor – se tanto – pelos nossos aliados estadunidenses. Teria sido necessária a percepção de risco de subversão continental promovida por Buenos Aires ao final de 1943 a levar a uma convergência de perspectivas brasileiras e estadunidenses. Finalmente os EUA concordavam com relação à necessidade da concentração de forças e meios dissuasórios na fronteira sul do Brasil. Tais constatações são consensuais na literatura consultada.

A documentação examinada pode lançar novas luzes sobre esse processo. Em particular, no que se refere à construção de novas bases aéreas, a criação de uma grande força blindada e à mobilização de recursos civis e militares na região sul do país nos dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Outros temas de menor importância abordados nessa pesquisa, mas que não fazem parte desta pesquisa, dizem respeito ao papel da Comissão no Rio; negociações relativas ao abastecimento de víveres para a FEB; planejamento do desfile da vitória da tropa no seu retorno ao Brasil; e a forma pela qual descrevia e interpretava a permanência da herança cultural da Missão Francesa do entre guerras em diferentes unidades do Exército Brasileiro.

## Bibliografia

ALVES, Vágner Camilo. Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ, 2007.

\_\_\_\_\_, O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: autonomia na dependência?. In: OLIVEIRA, Dennison de (Org.). A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. 1ed. Rio de Janeiro - RJ: CEPHiMex, 2012, v. , p. 100-105.

\_\_\_\_\_, Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 151-177 [2005]

BALL, Simon. The bitter sea: the brutal world war II fight ofr the Mediterranean. Harper Press, London, 2010.

BEIRED, José Luis Bendicho Beired “A grande Argentina”: um sonho Nacionalista para a construção de uma potência na América Latina Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, p. 303-322. 2001

CANDEAS, Alessandro. A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. A estrutura de defesa do hemisfério ocidental. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo, Unesp, 2000.

DAVIS, Sonny B. Brazil-United States military relations in the early post-worls war II Era. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 13-29, 2002.

FERRAZ, Francisco César Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_, Tão próximos, tão distantes: o pós-guerra dos ex-combatentes do Brasil e dos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 41-48.

\_\_\_\_\_, À Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e Política (1948/1955). 1. ed. Londrina: Editora da UEL, 1997. v. 1. 209p.

LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952.

LOCASTRE, Aline V. Projeção do Brasil para o pós-guerra: A ‘Boa Vizinhança’ estadunidense no Brasil segundo a revista ‘Em Guarda’(1941-1945). Dissertação História, UEL, 2012

LOURO, João Marcos. O cavalo ou o motor: análise da motomecanização do Exercito Brasileiro (1921-1942). Mestrado Estudos Estratégicos, UFF, 2011

McCANN JR., Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MCGAHA, Richard L. The Politics of Espionage: Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945 PhD, Ohio, 2009

MASKE, Wilson. Entre a Suástica e a Cruz: A fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai (1933-1945). Doutorado, Historia, UFPR, 2004.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. Adaptação sob Fogo: o aprendizado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária em Combate, 1944-45. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 59-73, jan./abr. 2014

MERON, Luciano. Memórias do *front*: Relatos de guerra de veteranos da FEB. Dissertação História, UFBA, 2009.

MONTEIRO, Érica Gomes Daniel. Quando a guerra é um negócio: a cooperação das empresas privadas norte-americanas nos projetos desenvolvidos pelo governo F.D. Roosevelt para a américa latina n contexto da II Guerra Mundial. Tese Doutorado História, UFRJ, 2012.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.



\_\_\_\_\_, Relações exteriores do Brasil, 1939-50: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

\_\_\_\_\_, Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42 Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. 6. n. 12, 1993, p.177-189.

OLIVEIRA, Dennison. Os soldados brasileiros de Hitler. Curitiba, Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_, Os soldados alemães de Vargas. Curitiba, Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_, Reintegração social do ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - SA/LPE (1946-1960). Militares e Política (UFRJ), v. 9, p. 8-23, 2012

\_\_\_\_\_, & LOPES, Fabiano L. B. Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967) In: Revista Diálogos Mediterrânicos [www.dialogosmediterrânicos.com.br](http://www.dialogosmediterrânicos.com.br) Número 3 – Novembro/2012, pp. 55-76

\_\_\_\_\_, & Campiani, César Maximiano. Raça e forças armadas: o caso da Campanha da Itália (1944/45). Estudos de História, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-53, 2001.

PEREIRA, Wagner Pinheiro Pereira. O Império das Imagens de Hitler: o projeto de expansão internacional do modelo de cinema nazista na Europa e na América Latina (1933-1955) Tese História USP, 2008

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Doutorado em História. 390 p. 2009.

RODRIGUES, Fernando da Silva. As relações militares brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. In: Revista Brasileira de História Militar. Ano II, no. 6, Dezembro de 2011. Pg. 17-18.

\_\_\_\_\_, A Formação Profissional do Oficial do Exército Brasileiro na Primeira Metade do Século XX: a Influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena e da Missão Militar Francesa. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./jun., 2011

\_\_\_\_\_, Da chegada da missão militar americana no Brasil em 1936 à dominação total da influência doutrinária do Exército do Tio Sam no Exército do Zé Carioca. Cadernos da FaEL, v.1, p.1 - 15, 2008.

RODRIGUES, Luis Nuno. Franklin Roosevelt e os açores nas duas guerras mundiais. Governo Regional dos Açores e da Fundação Luso-Americana. Ponta Delgada, Julho • July 16-18, 2008

ROSENHECK, Uri. Olive Drab in Black and White: The Brazilian Expeditionary Force, the US Army and Racial National Identity. Latin American Studies Association (LASA),

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, Manole, 2003.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_, O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40 Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho 2008

\_\_\_\_\_, Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. Latin American Research Review, Vol. 49, No. 1. 2014

\_\_\_\_\_, Fascismo e Política Externa no Prata: elementos para uma comparação de idéias e atores na Argentina e no Brasil (1930-1945)



TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

TRONCA, Italo. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, V. 10. P.339-360